

Tribunal de Contas apura o número de coronéis na ativa na Polícia Militar. Entre os 26 oficiais, há policiais requisitados para outros órgãos, sem cargo definido ou em viagem para o exterior

Promoções na PM investigadas

FABIOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

José Varella/CB 12.3.03



DEPUTADO FEDERAL ALBERTO FRAGA DEFENDE A CORPORACÃO: "NÃO EXISTE ILEGALIDADE NEM IMORALIDADE. AS FUNÇÕES NO GABINETE MILITAR NÃO PERTENCEM À PM"

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) abriu investigação para apurar as promoções nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A inspeção atende a uma recomendação do Ministério Público do DF, em 2002, sugerindo ao governador Joaquim Roriz que evite o número excessivo de promoções na Polícia Militar. A 1ª Inspeção de Controle Externo, que começou a trabalhar há um mês, dirá se há ou não irregularidades.

O deputado federal Wasny de Roure (PT/DF) acionou a Controladoria Geral da União contra o Governo do Distrito Federal para apurar denúncias nas promoções de coronéis na PMDF. Representação encaminhada ao ministro Waldir Pires aponta que os coronéis Eduardo Adolfo Dias Ferreira e Francisco das Chagas Soares Maia estariam sem função, em casa, recebendo cada um, em média R\$ 10.500 mensais.

A PMDF tem hoje 26 coronéis na ativa. Pela legislação, a corporação deveria contar com apenas 13 oficiais dessa patente, além do comandante-geral. Outros dez estão na Casa Militar, na Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP/DF) e em missão em El Salvador. Outros dois estão sem cargo nominal na corporação. E, por último, um coronel ganhou na Justiça o direito para permanecer no cargo e fugir da aposentadoria (leia detalhes no Entenda o caso).

O excesso de oficiais, além de provocar gastos não previstos em lei, faz com que os coronéis mais antigos da corporação sejam

obrigados a ir para a reserva. Nesses casos, impõe-se a "cota compulsória", prevista em lei, e é aplicada automaticamente sempre que há muitos policiais na corporação.

O problema é que os coronéis Eduardo Ferreira e Francisco Maia estão disponíveis desde o dia 21 de abril. E há duas vagas a serem preenchidas na Casa Militar do GDF. Uma delas é de chefe de segurança da vice-governadora Maria de Lourdes Abadia, que

ainda não escolheu o sucessor do coronel Nilton de Carvalho Saisse. A outra é para servir ao governador Joaquim Roriz. Para o deputado, "se não há funções para os oficiais, está deflagrado o descalço com o erário, com o cidadão, com a própria PM".

Wasny de Roure afirma que a intenção é cobrar explicações do GDF na aplicação do Fundo Constitucional do DF que tem recursos da ordem de R\$ 4 milhões. Os salários dos servidores das áreas de Se-

gurança Pública, Saúde e Educação são pagos com os recursos do Fundo. Neste ano, o Fundo Constitucional do DF sofreu aumento acima de 19% e, para o próximo ano, a previsão é de uma correção superior a 12%. O deputado, que é o único representante do DF na Comissão Mista de Orçamento, mandará a mesma representação para o Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público Federal (MPF). "Até 2005, haverá incremento de até 55%", prevê Wasny.

Gratificação

As suspeitas sobre as promoções de coronéis na Polícia Militar são antigas. O TCDF determinou a inspeção para investigar as promoções de coronéis feitas em 2002. A corporação chegou a ter também duas vezes mais coronéis que o máximo permitido por lei — 13 cargos — em decorrência dessas promoções, algumas supostamente irregulares, ocorridas desde 2000. Dez oficiais foram promovidos para seis vagas.

A recomendação não tem força de ordem judicial, mas pode motivar uma ação contra o governador, se não for atendida.

Oficiais ouvidos pela reportagem, que pedem anonimato, entendem que as promoções não são ilegais, mas sim imorais. Além disso, os oficiais que assumem cargo na Casa Militar recebem Gratificação de Função Militar de R\$ 4 mil e o salário de coronel, em torno de R\$ 6 mil líquido. "Eles incorporam essa gratificação ao salário, e se tornam vitalícias", explica um policial de alta patente.

O deputado federal Alberto Fraga (PMDB/DF), eleito com os votos dos militares, diz que a situação é normal dentro da corporação. "Não existe ilegalidade nem imoralidade. As funções no gabinete militar não pertencem à PMDF. Eles são agregados. As vagas destinadas à Polícia foram criadas por lei federal", argumenta.

A Polícia Militar, por meio da assessoria de imprensa, argumenta que as promoções foram feitas rigorosamente dentro da lei. "Os excedentes são considerados normais, porque a legislação permite. Essa situação existe não só para os coronéis, mas também para outros oficiais, sargentos e praças", explica o chefe da comunicação social, major Márcio Rodrigues.

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, disse que não há excesso de coronéis na PM: "Os dois coronéis não ocupam cargos no momento, mas isso não significa que estejam em casa sem fazer nada". Um deles trabalha como presidente de comissão de estudo e avaliação, e o outro é encarregado de inquéritos policiais militares.

ENTENDA O CASO

Todos os coronéis da Polícia Militar que tiverem seis anos no posto ou 35 anos de serviços prestados na corporação devem ir para a reserva. A Lei de Promoção de Oficiais determina que, sempre que houver vagas na Polícia Militar, a disponibilidade é publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), nos dias 21 de abril, 25 de agosto ou 20 de dezembro.

Em 2004, as vagas disponíveis (quatro) foram computadas até 10 de março e publicadas no DODF em 21 de abril. Essas vagas foram destinadas aos coronéis com tempo para a promoção. Mas, antes do dia 21 de abril, o coronel Gleno Costa, então diretor de pessoal da PMDF, conseguiu liminar na Justiça que garantiu sua permanência no cargo e impediu a ida compulsória para a reserva. Portanto, restaram três vagas, preenchidas pelos coronéis Eduardo Adolfo Dias Ferreira, Francisco das Chagas Soares Maia e José Chaves.

Antes de terminar o prazo para preenchimento das vagas, outros três coronéis deixaram a função: Wellington Corsino, Mário Lúcio e Nilton de Carvalho Saisse. Eles ocupavam, respectivamente, o cargo de adjunto da Casa Militar, um posto na Secretaria de Segurança Pública e a chefia de segurança da vice-governadora.

Esses militares foram revertidos para três das 14 funções do quadro de coronéis da PMDF. Só que não havia mais vaga na corporação. Abriam-se três vagas na Casa Militar.

Na dança das cadeiras, só um dos três coronéis promovidos este ano pôde ocupar função na Casa Militar: o coronel Chaves, que assumiu cargo de chefe de segurança do governador.

Restaram duas vagas na Casa Militar. E há dois coronéis sem cargos, Eduardo Ferreira e Francisco das Chagas.